

Segundo Tempo:

[espaço de destaque para atuação do Profissional de Educação Física]

A população desenvolverá o hábito de praticar esporte e atividades físicas ao ser educada de forma integral desde cedo, e, acima de tudo, ao compreender a importância dessa atividade para elevar sua qualidade de vida. Uma das chaves para isso é o desenvolvimento do esporte educacional.

A formação esportiva fundamentada no esporte educacional pode potencializar as capacidades físicas, motoras e cognitivas dos indivíduos contribuindo para o seu desenvolvimento integral e cultivando valores e princípios essenciais para a vida em sociedade. Além disso, a escola é o espaço onde podemos apresentar de forma lúdica às crianças, adolescentes e jovens, as primeiras noções das atividades corporais esportivas, podendo iniciá-las esportivamente e, ainda, oportunizando o acesso à prática esportiva para milhões de brasileiros

“Essa nova dimensão buscada para o Programa Segundo Tempo não pode, no entanto, prescindir do sólido envolvimento e participação dos profissionais de Educação Física”.

Para a consecução dessa Política, o Ministério do Esporte dispõe, entre outras ações, do Programa Segundo Tempo, que oferece vivência e iniciação esportiva no período complementar ao da escola. O Programa Segundo Tempo está em funcionamento em 465 municípios, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Desde 2003 quando do lançamento do Programa foram assinados 533 convênios, que beneficiaram 2.161.644 crianças e adolescentes.

A eficácia do Programa Segundo Tempo, avançando na direção de uma política pública efetiva e universal, demanda o seu amadurecimento e contínua qualificação. Por isso, a Secretaria Nacional de Esporte Educacional assumiu um conjunto de ações estratégicas que integram o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, para o período 2007-2010.

Ações Estratégicas do Segundo Tempo:

1) Qualificar e ampliar a abrangência do Programa, fortalecendo a parceria com a Educação e as parcerias institucionais com estados e municípios. Alinhar e fortalecer o Programa pedagogicamente

2) Assegurar a oferta do Segundo Tempo voltado ao público do ensino médio e superior

3) Oportunizar programações diferenciadas ao longo do ano, como o Projeto Recreio nas Férias (que terá uma edição piloto em julho de 2008) e os Festivais Internúcleos

4) Qualificar e aprimorar a gestão, sobretudo através da implantação de um Sistema de Controle e Monitoramento, com definição de indicadores, avaliação de impacto e controle social

5) Qualificar o processo de capacitação de gestores, coordenadores pedagógicos, professores e estagiários

6) Ampliar ações intersetoriais através da constituição da Rede Criança!, que irá articular no ambiente e com o público assistido pelo Programa um conjunto de ações com foco: a) mães; b) escola; c) bairro e d) emprego e geração de renda

7) Fortalecer o Esporte Educacional brasileiro



Julio Filgueira - Secretário Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte

Essa nova dimensão buscada para o Programa Segundo Tempo não pode, no entanto, prescindir do sólido envolvimento e participação dos profissionais de Educação Física.

Ao lado do papel do profissional para assegurar a existência de um projeto e planejamento pedagógico consistentes que orientem as atividades realizadas nos núcleos esportivos, outro aspecto que merece ser destacado diz respeito à capacidade do Programa de absorver um grande número de profissionais por todo o País.

De acordo com as diretrizes, a equipe básica que atua nos núcleos do Programa Segundo Tempo e que atendem em média 200 crianças, é composta por três profissionais, sendo um profissional de Educação Física (graduado) e dois estagiários de Educação Física (acadêmicos). Além dos profissionais que atuam nos núcleos, a partir de 2008, o Programa irá prever a existência de um coordenador pedagógico, profissional de Educação Física, para cada dez núcleos. Evidentemente que há especificidades regionais que precisam ser consideradas e devem ser alvo de uma ação planejada que vise à superação de eventuais limites, como a ausência de profissionais habilitados em centenas de cidades brasileiras. Trata-se de uma questão complexa inserida no contexto da política pública esportiva e do Sistema Nacional de Esporte e Lazer em construção.